



ANÁLISE DO PROCESSO DE OCUPAÇÃO EM ÁREA DE MANGUE NO BAIRRO DE SÃO MIGUEL, NO MUNICÍPIO DE MARACANÃ/PA

Eloilson Bezerra Leal^(a), Sérgio Lima da Silva Júnior^(b), Anderson Coelho Borges^(c), Odenato
Vitor dos Santos Lira^(d)

^(a) Faculdade de Geoprocessamento/Universidade Federal do Pará, eloilson.leal@gmail.com

^(b) Faculdade de Geografia/Universidade do Estado do Pará, shergiojunior@gmail.com

^(c) Faculdade de Geografia/Universidade da Amazônia, andersonborges51@yahoo.com.br

^(d) Faculdade de Geoprocessamento/Universidade Federal do Pará, vitor_lira96@yahoo.com

Eixo: Uso e ocupação das terras e legislação ambiental

Resumo

Este trabalho ensaia uma reflexão sobre ocupações espontâneas em áreas de mangue, especificamente no município de Maracanã, localizado na região nordeste do estado do Pará. Nele analisou-se como ocorre esse processo de ocupação do solo em áreas de manguezais identificando-se os impactos socioambientais inerentes a esse contexto. Com base nos dados obtidos é possível afirmar que o uso e ocupações irregulares em áreas de mangue em Maracanã estão relacionados à falta de um planejamento urbano adequado e de uma gestão territorial que possibilite condições básicas de qualidade de vida aos agentes desse espaço, e ao mesmo tempo estimule a manutenção do ecossistema costeiro. Para a sistematização de construção da pesquisa, foi feito um embasamento em referências teóricas, pesquisa de campo e aplicação de questionários. Considerando que esta pesquisa ainda está em andamento, entende-se que há necessidade de intervenções com políticas públicas nessa área para que haja maior equilíbrio das ações antrópicas com o meio ambiente.

Palavras chave: Manguezais; Ocupação do solo; Expansão urbana; Periferização.

1. Introdução

Com o adensamento da urbanização ocorrida nas últimas décadas, espaços distintos começaram a ser criados pelos agentes que ficam de fora de um planejamento urbano participativo, uma vez que os espaços de significativo posicionamento geográfico dentro dos centros urbanos estão cada vez mais agregados de alto valor financeiro. Por essa condição, os agentes com baixas condições financeiras acabam vivendo à margem das áreas urbanizadas.

Em consequência desse contexto, esses agentes buscam áreas onde possam habitar e materializar suas relações sociais, e por muitas vezes, em condição da negação ao direito a cidade, esses agentes acabam por se tornar vítimas desse processo ao ocupar áreas irregulares, submetendo-se aos riscos ambientais e sociais.

Para Corrêa (2002, p.2) “a demanda de terras e habitações depende do aparecimento de novas camadas sociais, que tenham rendas capacitadas a participar do mercado de terras e habitações.” Neste sentido, nota-se que o espaço urbano é produzido pela lógica capitalista, onde aqueles que detêm um maior poder



aquisitivo conseguem optar pelas melhores áreas do espaço urbano que desejam habitar, diametralmente a essas áreas, estarão os agentes excluídos desse processo, que por sua vez, sem opção, acabam por habitar as áreas desfavoráveis ao espaço urbano, passando a viver as margens desse espaço.

Percebe-se que a existência de ocupações irregulares está diretamente relacionada à forte especulação imobiliária, fundiária, decorrente da expansão territorial da malha urbana, geralmente caracterizada pela carência de infraestrutura e qualidade de vida, materializando-se assim a periferização do espaço urbano.

Nesse contexto, buscou-se analisar o processo de ocupação e gestão territorial em área de manguezal no bairro de São Miguel, no município de Maracanã/PA, como consequência de um processo de segregação espontânea, além de identificar as características socioeconômicas dos moradores presentes nessa área. Esse esforço se faz necessário para enfatizar a ausência de condições básicas de moradias que esses agentes estão submetidos e, que em decorrência desse processo irregular de ocupação, acabam tornando-se vulneráveis a variados riscos.

Entende-se, assim, que a deficiência de um planejamento urbano e uma gestão participativa e compartilhada contribui para ocupações em Áreas de Preservação Permanente, o que caracteriza ocupações irregulares. Que de forma direta e indireta, afeta o equilíbrio do ecossistema do manguezal devido sua importância em grande escala para a manutenção de inúmeras espécies, que são, muitas vezes, fonte de sobrevivência para a maioria dos moradores presentes nessa área.

2. Metodologia

Para a sistematização da construção desta pesquisa, primeiramente foi realizado, como embasamento importante, levantamento e pesquisa de referenciais teóricos (leituras especializadas) que abordam a temática aqui apresentada, posteriormente realizou-se uma pesquisa de campo na área de estudo, além de um levantamento cartográfico. Foram aplicados ainda, 15 questionários e formulários socioeconômicos, por residência, abordando assim as 15 famílias estabelecidas na área estudada e onde se encontram as ocupações irregulares, recurso utilizado para entender como ocorreu o processo de ocupação e identificação dos perfis dos agentes nele envolvidos. Em média cada família é composta por 3 integrantes, abrangendo uma população amostral de 45 pessoas ocupando a área analisada.

Utilizamos do geoprocessamento para criar um produto cartográfico da área urbana de Maracanã, e assim identificar que a malha urbana se expande até as áreas de mangue.

3. Aspectos físicos e históricos de Maracanã: caracterização da área de estudo



A origem do município de Maracanã está relacionada a uma missão catequista dos jesuítas, na aldeia dos índios Maracanã já existente no local, e instalada em 1653, época da chegada do padre Antônio Vieira ao Pará. Seu progresso da missão foi célere, tanto que em 1700 já ganhava foros de Freguesia (PARÁ, 2014, p.6). Entretanto, em 1755, o então Governador da Província do Pará, Francisco Xavier de Mendonça Furtado, cumprindo as determinações emanadas pela lei Pombalina, elevou Maracanã à categoria de Vila, com o nome de Cintra. Na mesma ocasião, aquela ordem religiosa foi expulsa do domínio português.

O governador da Província do Grão-Pará Francisco Xavier de Mendonça Furtado obedecendo à política adotada pelo Marquês de Pombal, que expulsava todos os jesuítas de Portugal e de suas colônias, e em cumprimento a uma determinação real, deixou Belém em direção ao Rio Negro, para acertar os limites das terras dos reinos de Portugal e Espanha. Em cumprimento, também, a outra determinação, de 6 de junho de 1755, para que erigisse em Vila todas as povoações que julgasse merecer essa elevação, assim deu à aldeia dos Maracanãs o predicamento de Vila, com a denominação de Cintra, de origem portuguesa dentro da política de substituir as denominações indígenas por topônimos de Portugal (PARÁ, 2014, p.6).

Em 1833, Cintra foi elevada à categoria de município e dois anos depois obteve foros da cidade. Readquiriu, ainda, a sua primitiva denominação, em 1897. O topônimo, de origem indígena, lembra o nome de um pássaro: maracanã *propynhura* maracanã, Vieill = pequeno papagaio de voz berrante. Daí o nome maracá = chocalho e nã = nana (IBGE, 2016 não paginado)

Ao longo dos anos o território maracanaense foi se reconfigurando, passando por varias alterações e fragmentações que deu origem ao atual território do município de Maracanã-PA.

A sede do município apresenta as seguintes coordenadas geográficas: 00° 46' 03" latitude Sul e 47° 27' 12" de longitude a Oeste de Greenwich. Os limites defrontar-se ao Norte com Oceano Atlântico; á Leste com Municípios de Salinópolis, Santarém Novo e São João de Pirabas; ao Sul com Município de Igarapé-Açu e a Oeste - Municípios de Marapanim e Magalhães Barata.

Na configuração hidrográfica, dois rios se destacam no município: o primeiro é o rio Maracanã, o mais importante do município, nasce no município de Santa Maria do Pará, passa pelo município de Nova Timboteua e limita a Leste com Santarém Novo e Salinópolis. Possui curso meândrico, com vários afluentes, pertencendo ao município apenas os da margem esquerda, sendo os mais importantes os igarapés Mato Grosso, Inuçu e Peri-Açu; o outro é o rio Caripi, que tendo seus formadores no município de Igarapé-Açu, percorre o município de Maracanã até sua foz na baía de Maracanã. Seus afluentes, em ambas as margens, se encontram todos dentro do município como os igarapés do Campo, Cupiuba, Curupipino e Açu.

Outros rios menos importantes, são o Cuinarana, de pequena extensão, que separa a Oeste Maracanã do município de Magalhães Barata e o rio São Paulo, à Leste, que serve de limite entre Maracanã e



Salinópolis. Na baía de Maracanã, no Oceano Atlântico, encontram-se várias ilhas importantes, como: Maiandeua, do Marco do Curuaru e de Algodual.

Os solos do município são classificados como Latossolos Amarelo textura média e Concrecionários Laterísticos, localizados nas áreas de Terra Firme, solos Hidromórficos Indiscriminados e Aluviais, encontrados nas margens dos rios; e solos Indiscriminados de Mangues, nas áreas semilitorâneas e litorâneas é constituída por solos Indiscriminados de Mangues.

Quanto à vegetação do município, ainda existem tratos recobertos pela mata original de terra firme cujo subsolo é de Floresta Densa dos baixos platôs. Porém, com a intensidade dos desmatamentos hoje predominam Florestas Secundárias ou Capoeiras, em vários estágios de regeneração. A vegetação de várzea se distribui nas margens sinuosas dos rios Caripi e Maracanã. Na região semilitorânea e litorânea, há o domínio do manguezal. A zona costeira é, ecologicamente, a mais importante, visto que o ecossistema de manguezal é fundamental para o equilíbrio na cadeia alimentar.

4. Ecossistema de manguezal: caracterização da área

Os ecossistemas de Manguezais podem ser encontrados em diversas regiões tropicais e subtropicais do globo e podem estar associados ao bioma da Mata Atlântica. Ao se buscar uma caracterização deste termo, pode-se generalizar que estes ecossistemas se caracterizam especialmente por áreas que ocorrem nas zonas de maré, na qual se formam em regiões de mistura de águas doces e salgadas como estuários, baías e lagoas costeiras, e ainda pela mistura de águas dulcícolas e oceânicas, formando locais de sedimento lamacento e salino, inundado diariamente pela maré. Como base teórica, nos apropriamos do conceito empregado por Dias (2012, p. 1), o qual diz que o manguezal “é um ambiente extremamente alagado, fruto da ação das marés e dos rios que se encontram”.

Em relação à fauna e a flora, este ecossistema apresenta elementos característicos, neste caso, uma fauna diversificada e notadamente composta por mariscos e caramujos; camarões, caranguejos e siris, peixes e aves residentes e migratórias, na qual se utilizam do manguezal em busca de alimento, reprodução, crescimento e proteção contra predadores. No que tange a flora, este espaço apresenta como elemento mais característico as plantas popularmente conhecidas como mangues, as quais se subdividem em Mangue Branco e Mangue Vermelho.

No Brasil, devido a grande extensão territorial e por estar incluso nas zonas climáticas temperadas e tropicais, é notório a grande presença desse tipo de ecossistema, visto que este território inclui em suas tipagens climáticas regiões tropicais e subtropicais. Outro elemento que pode ser levado em consideração



em relação a grande presença dos ecossistemas de manguezais é a ampla presença de zona costeira neste território, uma vez que as zonas costeiras se incluem como um dos elementos fundamentais para a presença dos manguezais, por isso a presença deste ecossistema pode ser visto desde o estado do Amapá até o estado de Santa Catarina.

Na Amazônia, boa parte dos manguezais localiza-se na costa Amazônica, neste caso, distribuídos especialmente nos estados do Amapá, Pará e Maranhão. Dias (2012, p. 11) salienta que as “características dos manguezais dependem dos tipos de solos litorâneos e, sobretudo, da dinâmica das águas que age sobre cada ambiente costeiro”. No caso da costa da região Amazônica, os manguezais apresentam características peculiares das outras partes do território nacional. Uma dessas características é a formação de verdadeiras florestas que estes ecossistemas formam e a presença de árvores de grande porte, neste caso, resultante das temperaturas tropicais, da grande amplitude de marés com ondas suaves, constituindo elementos ideais para o desenvolvimento desse ecossistema.

Cabe ressaltar sobre a importância ecológica e antrópica que este ecossistema oferece, onde, de acordo com Alves (2001, p.6), umas dessas importâncias ecológicas podem-se destacar:

proteção da linha costeira; funcionamento como barreira mecânica à ação erosiva das ondas e marés; retenção de sedimentos carregados pelos rios, constituindo-se em uma área de deposição natural; ação depuradora, funcionando como um verdadeiro filtro biológico natural da matéria orgânica e área de retenção de metais pesados; área de concentração de nutrientes; área de reprodução, de abrigo e de alimentação de inúmeras espécies e área de renovação da biomassa costeira e estabilizador climático.

Em relação a sua importância antrópica, em especial para as populações ribeirinhas, pescadores e outras populações com baixo poder aquisitivo, se utilizam deste espaço em busca de seus recursos para sua subsistência e ainda para obter renda, neste caso, podendo ser destacado como principais recursos explorados: os animais como os mexilhões, ostras, turus, camarões, siris e caranguejo.

Vale ressaltar que essa apropriação antrópica nas áreas de mangue nem sempre é feita de forma harmoniosa com esses locais, uma vez que essas áreas são utilizadas para outros fins de utilização humana, isto é, além de local para obter recursos de subsistência e renda. Neste contexto, merece destaque os impactos antropogênicos que esse ecossistema vem passando nos últimos anos: os desmatamentos, os aterros, as ocupações, a disposição de lixo inadequada, lançamento de esgotos sem tratamento, pesca predatória e descarga de metais pesados.

Nota-se que as principais pressões feitas nas áreas de mangues estão relacionadas às ações antrópicas referente à descaracterização dessas áreas devido à crescente expansão urbana costeira, que conseqüentemente ameaça a sobrevivência de todas as espécies dos manguezais.



Dentre os problemas destacados, merece ênfase as ocupações, uma vez que esta problemática apresenta-se como fator norteador desta pesquisa. Essas ocupações vêm sendo praticadas principalmente pelas classes desfavorecidas economicamente, no qual se apropriam desses locais sem o devido cuidado de preservação e conscientização da importância deste ecossistema para o equilíbrio ecológico; e por ser o único solo que podem adquirir para sua moradia, conseqüentemente, colocam em risco suas próprias vidas e o equilíbrio da zona costeira.

5. Ocupação em área de mangue e o perfil dos agentes de sua ocupação: uma análise do bairro São Miguel, município de Maracanã/PA.

Verificamos que o processo de ocupação da área analisada no bairro do São Miguel – Maracanã/PA vem se expandindo cada vez mais, e sendo tratada de maneira deficiente no planejamento urbano. Dessa forma, expressando como consequência do processo, a periferação do espaço urbano da cidade e descaracterização das áreas de mangue. Mediante a ferramenta do geoprocessamento podemos constata-se que a malha urbana da cidade apresenta expansão para a hinterlândia do município no sentido da PA-127. No entanto, a mesma também vai se expandindo e incorporando as áreas de mangue por meio de invasões, aterros, palafitas e moradias provisórias. Esse processo está relacionado à dinâmica das cidades, elas crescem e não agregam todos os moradores, de forma semelhante, sua expansão causa a expulsão dos pobres do centro e os segregam em região poucas desenvolvidas. (SILVA, 2007). Assim, a figura 1, mostra a distribuição espacial do município de Maracanã, e a expansão da malha urbana da cidade que vai até as margens das áreas de mangue, com destaque para a área no bairro de São Miguel.

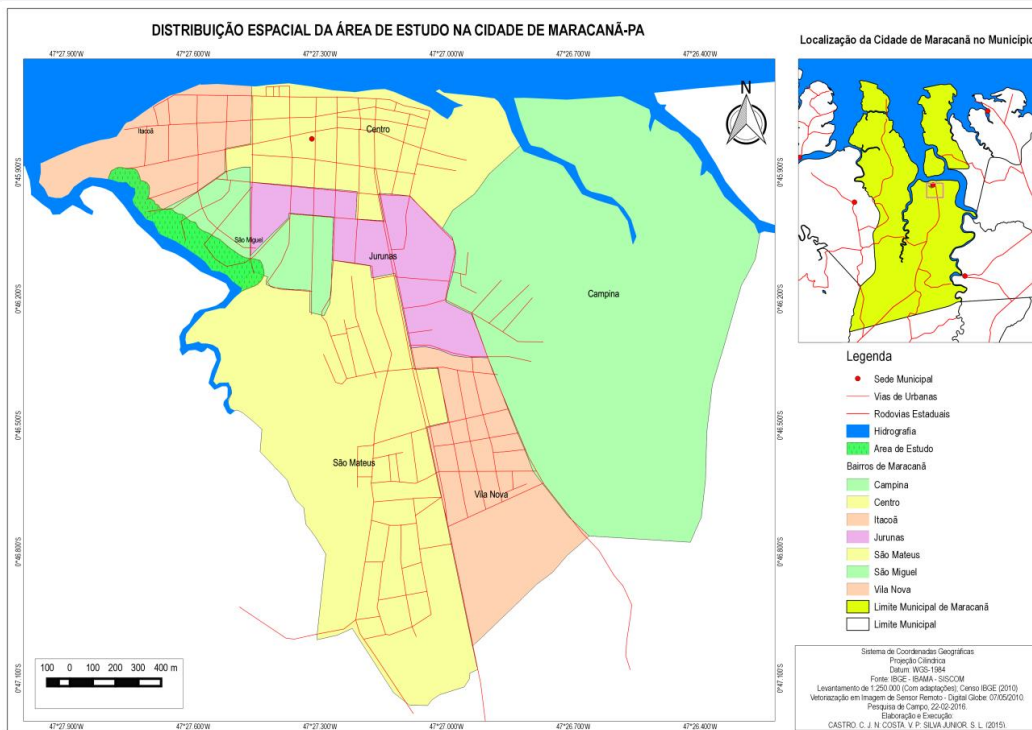


Figura 1: Distribuição espacial do município de Maracaná.
Fonte: Elaborado pelos autores, 2016.

Através dos questionários aplicados em campo, identificamos que os terrenos ocupados na área de estudo, em sua maioria, estão na informalidade. Essa condição de informalidade resulta da própria forma de ocupação que ocorreu nessa área, onde os moradores residentes instalaram-se nesses terrenos por meio de invasões, sem nenhum aparato legal – entende-se nesse contexto que o termo informalidade está relacionado à ausência de registro documental que deem o título de posse para os terrenos ocupados nessa área. Pela especulação imobiliária e disputa de solo na centralidade do espaço urbano, esses moradores buscaram se territorializar nesses locais “ausentes” de fiscalização, provocando como consequência inúmeras irregularidades nessas áreas.

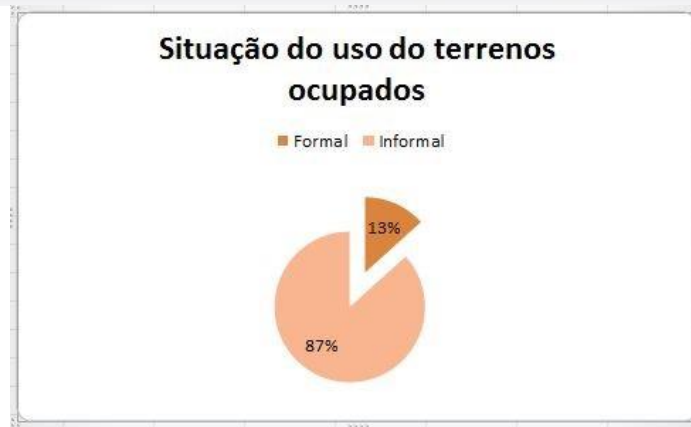


Figura 2: Dados sobre a situação legal dos terrenos ocupados.

Fonte: Elaborado pelos autores.

A figura 2 mostra que das quinze moradias que foram entrevistadas 87% não possuem nenhum tipo de documentação que os permitam ocupar essas áreas, e as outras 13% tem algum tipo de autorização para a ocupação provisória. Comprovando assim, durante a pesquisa realizada, que a maior parte dos moradores não tem nenhum tipo de documentação que comprove a posse da terra.

Segundo o Manual de Regularização Fundiária (2007), sem a comprovação da posse da terra esses moradores não têm acesso à crédito ou à benefícios governamentais. Além disso, a falta de algum registro legal cria um ambiente de insegurança para esta população, o que facilita a ação de grileiros e acaba expulsando estes moradores para outras áreas. Estes são somente alguns dos problemas que resultam da irregularidade fundiária nas áreas de várzea.

Foram traçados os perfis dos moradores que ocupam essas áreas, identificando-se as variáveis socioeconômicas que caracterizam os agentes presentes na área de estudo, assim como mostra a figura 3.

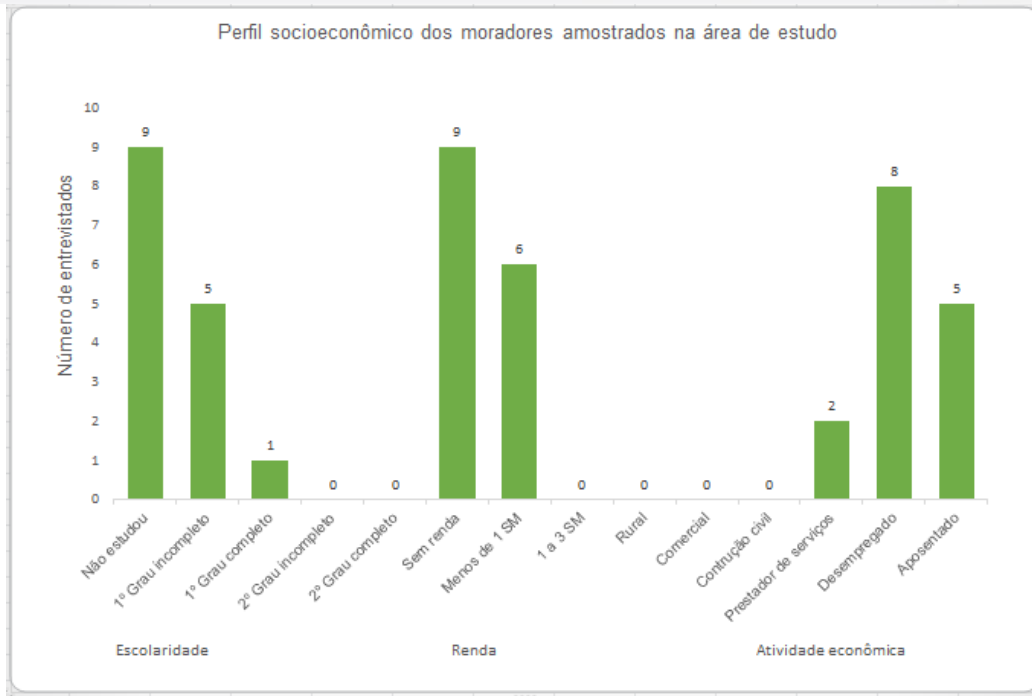


Figura 3: Perfil socioeconômico dos moradores entrevistados na área estudada.

Fonte: Elaborado pelos autores.

A figura 3 sintetiza os resultados dos perfis socioeconômicos dos moradores da área analisada no bairro do São Miguel, onde se depreende que 60% dos entrevistados não estudaram, 33% tem o primeiro grau incompleto (ensino fundamental) e 7% o primeiro grau completo (ensino fundamental). No que se refere a renda desses moradores 60% não tem renda fixa, 40% recebem menos de um salário mínimo. Em relação às atividades econômicas desses moradores, 54% se dizem desempregados, 33% aposentados e 13% prestadores de serviços gerais.

Observa-se que o baixo nível de escolaridade tem uma relação direta com a renda e com a atividade econômica exercida por esses moradores. Assim a baixa escolaridade prejudica a entrada e permanência, desses moradores, no mercado de trabalho. Por essa condição, grande parte dos moradores entrevistados, disseram usufruir dos recursos do ecossistema do manguezal para sobrevivência.

Logo verificamos que os moradores dessas áreas mantem uma relação de subsistência com o manguezal, como demonstrado na figura 4, por isso mostram-se preocupados com a atual situação do mangue e seus efeitos negativos progressivos.

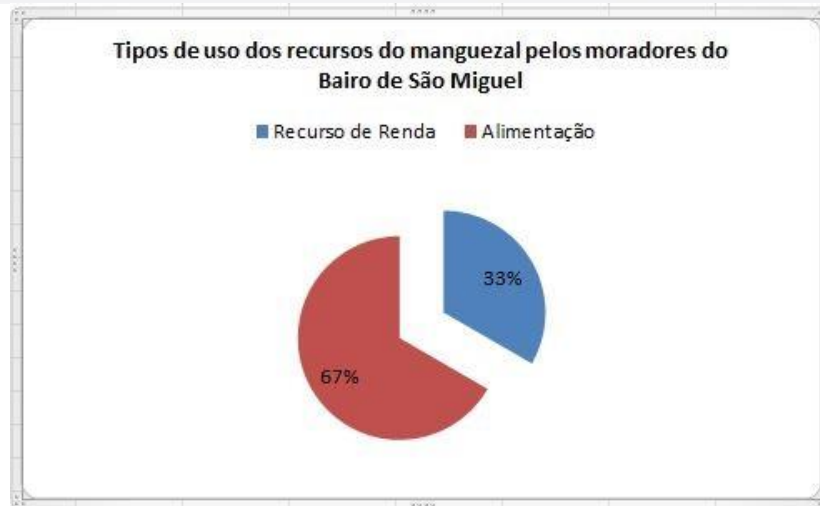


Figura 4: Dados sobre a utilização dos recursos do mangue.
Fonte: Elaborado pelos autores.

Assim foi possível identificar que 67% dos moradores entrevistados utilizam-se dos recursos do mangue para alimentação, e os outros 33% como fonte de renda. Percebe-se que a relação antrópica com esse ecossistema ainda é muito importante, sobretudo, para esses moradores que em maioria não tem renda fixa e que sobrevivem dos recursos fornecidos por esse ecossistema. Mediante isso é necessário um planejamento de gestão dessas áreas que possa estimular a preservação desse ecossistema e ao mesmo tempo propiciar condições básicas de vida desses moradores.

Através dessas variáveis socioeconômicas podemos estabelecer uma correlação com as características das moradias nessas áreas, assim como coloca Silva (2007, p.3) “a carência de recursos financeiros também reflete na moradia, estas são modestas e geralmente estão em precárias condições”. Assim identificamos casas de barro, madeira e alvenaria, com a presença de banheiros na área externa, feitos de modo irregular sem as devidas exigências de um saneamento básico adequado, como mostra a figura 5.



Figura 5: Caracterização de algumas moradias na área estudada.
Foto: Arquivo pessoal dos autores, 2016.



Segundo os moradores, a maioria dissera-se preocupados com a situação de determinados pontos da área de estudo, com maior preocupação sobre os dejetos sólidos despejados sobre esse ecossistema. Nesse contexto, é muito visível a falta de saneamento básico e coleta regular de lixo, fatores que acabam descaracterizando essas áreas e alterando a paisagem desse ecossistema. Assim, Borges apud Clark (2009), coloca que em comunidades onde o esgoto fica exposto e a coleta de lixo é escassa, há desequilíbrio ambiental, como observado em muitas cidades da costa brasileira. E em Maracanã, essa realidade não é diferente.



Figura 6: Mosaico que mostra a ausência de esgoto e coleta de lixo.
Foto: Arquivo pessoal dos autores, 2016.

A figura 6 mostra a ausência de coleta de lixo e saneamento básico, deixando os moradores expostos a riscos de doenças. Segundo relatos é muito comum que outros agentes externos também despejem lixo nesses locais, por se tratar de uma área onde não se tem uma fiscalização sanitária. Dessa forma, os moradores afirmam reconhecer que a situação é ruim e que já percebem as consequências negativas manifestadas pelo ecossistema, como a diminuição do pescado, dos caranguejos, se relacionados aos anos anteriores.

Apesar de todo o conhecimento acerca do ecossistema dos manguezais, as políticas públicas e ações civis continuam a negligenciar sua existência. Aterro clandestino, deposição de esgoto, pesca indiscriminada foram alguns problemas identificados no Bairro de São Miguel, Maracanã-PA. É perceptível que o modo como o crescimento populacional, sem infraestrutura, avança em áreas costeiras é insustentável, não havendo um mínimo de equilíbrio com o ecossistema dessas áreas.



6. Gestão compartilhada participativa para manutenção dos recursos naturais

Uma das alternativas para conservação dos recursos costeiros através da efetivação da fiscalização legal e de ferramentas políticas, seria a efetivação de uma gestão compartilhada do território, onde os agentes do poder público (Federal, Estadual e Municipal) pudessem gerenciar essas áreas de forma que estimulassem a manutenção desse ecossistema, garantindo assim um equilíbrio da ação antrópica com o meio ambiente.

A comunidade inserida nessas áreas de riscos, por serem os principais atores envolvidos nesse processo, devem, portanto, estar ativamente integrada na gestão participativa, pois por não possui renda fixa acaba retirando seu sustento dessas áreas, sobrevivendo assim dos recursos fornecidos por esse ecossistema. Segundo Silva (1999a, p. 23):

Os mecanismos participativos são espaços de formação da cidadania, de desenvolvimento das responsabilidades públicas de governantes e cidadãos, proporcionando um correspondente aumento da corresponsabilidade no enfrentamento de problemas públicos do município. Outra decorrência desse processo está na possibilidade de controle da sociedade sobre os governantes e as decisões governamentais através de mecanismos que ampliem a mobilização da sociedade civil em diferentes dimensões da vida social.

Faz-se necessário que o poder público promova ações para inserir e sensibilizar a sociedade envolvida através da participação consciente, onde os mesmos possam reconhecer o processo nos quais estão inseridos. (TENÓRIO, 1997). Assim, a gestão comunitária surge conciliada entre o conhecimento científico e o tradicional, onde a comunidade passa a presenciar todas as ações tomadas para manutenção dos recursos naturais e possui prioridade a eles. Além de estarem envolvidas nessas ações através de fóruns comunitários com as lideranças, onde devem tomar decisões quanto ao manejo dos recursos naturais. (QUEIROZ, 2006)

De acordo com Silva (1999), a gestão participativa só tem resultado, avanço e eficácia a partir dos dois atores sociais envolvidos que são a sociedade organizada e a política dos governantes.

7. Considerações preliminares

Os manguezais possuem grande importância e seu sistema é tão relevante quanto delicado. Sua vegetação e fauna são muito peculiares e as mudanças químicas ou físicas causada por agentes antrópicos comprometem todo ciclo natural desse ecossistema.

Podemos identificar que os moradores da área de estudo sofrem com a falta de condições básicas de moradia aumentando a incidência de doenças ocasionadas pelos dejetos sólidos e pela falta de coleta de lixo e tratamento de esgoto. Além disso, os baixos níveis de escolaridade e a falta de emprego desencadeia um processo de *periferização* no conjunto social, estimulando a baixa qualidade de vida.



A área de manguezal no bairro de São Miguel sofre por conta do crescimento urbano, e a falta de um planejamento e gestão participativa, o que contribui para as inúmeras condições irregulares nessa área. Nesse sentido, percebemos que é importante um planejamento de gestão compartilhada – visto que as áreas de manguezal pertencem as terras da União – entre as esferas públicas federais, estaduais e municipais, levando em consideração as particularidades dos moradores residentes dessas áreas, de forma que os deem subsídios necessários para viver de forma equilibrada com esse ecossistema.

8. Bibliografia

ALVES, J. R. P. **Manguezais: Educar para proteger**. Rio de Janeiro: FEMAR: SEMADS, 2001.

BORGES, L. A. C.; REZENDE, J. L. P.; COELHO JÚNIOR, L. M. Aspectos técnicos e legais que fundamentam o estabelecimento das APP nas zonas costeiras–restingas, dunas e manguezais. **Revista da Gestão Costeira Integrada**, v. 9, n. 1, p. 39-56, 2009.

BRASIL-IBGE, Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. Disponível em: <http://www.cidades.ibge.gov.br>
Acesso em: 20/mar/2016.

CORRÊA, Roberto Lobato. **O Espaço Urbano**. São Paulo: Ática, 2002.

DIAS, E. C. S.; SANTOS, S. C. & SILVA, M. S. B. **Ocupação Desordenada Na Área De Manguezal No Bairro Da Aldeia, Município De Bragança- PA**. III Congresso Brasileiro de Gestão Ambiental, Goiânia/GO – 19 a 22/11/2012.

PARÁ - IDESP. Instituto de Desenvolvimento Econômico, Social e Ambiental do Pará. Estatística Municipal. Belém: IDESP, 2014.

QUEIROZ, Helder L. et al. Reserva de Desenvolvimento Sustentável: Manejo integrado dos recursos naturais e gestão participativa. **Dimensões humanas da biodiversidade**, p. 447-476, 2006.

SILVA, K. O. A periferização causada pela desigual urbanização brasileira. Maringá: **Revista Urutágua**, 2007.

SILVA, Roberto Marinho Alves da. **Dilemas da Gestão Participativa do Desenvolvimento Local em Serra do Mel**. 1999. Dissertação (Mestrado em Ciência Política) – Centro de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal de Pernambuco, Recife, 1999 a.

TENÓRIO, Fernando Guilherme; ROZENBERG, Jacob Eduardo. Gestão pública e cidadania: metodologias participativas em ação. **Cadernos Gestão Pública e Cidadania**, v. 2, n. 7, 1997.